

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

**Nota da Administração**

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** que integra a S.P.D.M.. **Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da S.P.D.M.

**Relatório da Administração** - Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Sócios. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2012 e as respectivas Demonstrações Contábeis da(o) **SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**, elaboradas na forma da Legislação vigente. A SPDM, da qual nossa Entidade faz parte, é uma Associação Civil sem fins lucrativos fundada em 26/06/1933 e tem, hoje, como principais objetivos desenvolver atividades assistenciais de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e ambulatorial a todas as pessoas que delas necessitam, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião; promover ações e prestar serviços de saúde, inclusive ao sistema único de saúde, e assistência social, gratuitamente ou não, de atenção às necessidades da criança, adolescente e da família; desenvolver o ensino e a pesquisa na área das ciências da saúde, apoiando a investigação científica, bem como contribuindo para a qualificação profissional. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Atualmente a SPDM é constituída por hospitais e centros de assistência regularmente constituídos. Conforme estatuto, a SPDM é administrada pela Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, Conselho

do Gestor do Hospital São Paulo e Conselho Fiscal. As unidades da SPDM estão distribuídas em 03 Superintendências a do Hospital São Paulo, a do PAIS (Programa de Atenção Integral à Saúde) e a das Instituições Afiliadas. Nossa unidade integra as Instituições afiliadas da qual fazem parte ainda: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, o Hospital Brigadeiro, o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia e o Hospital Nove de Abril de Juruti, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa, as Policlínicas Municipais de Barueri, os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMES-JC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria e o AME Mogy de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, O Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos e a Maternidade Alice Campos Machado do Embu. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Colocamos-nos à disposição de V. S.as para lhes prestar os esclarecimentos eventualmente necessários. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2013. **Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da S.P.D.M., **Prof. Dr. Nacime Salomão Mansur** - Superintendente das Instituições Afiliadas da S.P.D.M.

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em Reais)**

	2012	2011
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>26.424.862,48</b>	<b>2.928.538,15</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	3.577.312,71	880.743,07
Bancos Conta Movimento c/restrição (Nota 4.1)	97.438,05	129.995,44
Aplicações Financeiras c/restrição (Nota 4.2)	3.479.874,66	750.747,63
<b>Cientes (Nota 4.3)</b>	<b>20.381.766,12</b>	<b>-</b>
Vlrs. em Negoc.-Contrato/Conv. (Nota 6.3)	13.299.028,76	-
Prov. de Desp. c/rescisão de contr. (Nota 6.3)	7.082.737,36	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>497.029,67</b>	<b>405.150,06</b>
Antecipações Salariais	36.349,99	21.065,10
Antecipação de Férias	380.846,85	350.299,11
Outros Créditos e Adiantamentos	24.253,66	5.421,85
Depósito Judicial	55.579,17	28.364,00
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>10.611,13</b>	<b>43.250,08</b>
Prêmios de Seg. e Outros a Vencer (Nota 11)	10.611,13	43.250,08
<b>Estoques (Nota 4.4)</b>	<b>1.958.142,85</b>	<b>1.599.394,94</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.939.206,91</b>	<b>3.855.774,70</b>
<b>Imobilizado - Bens de Terceiro (Nota 5)</b>	<b>4.939.206,91</b>	<b>3.855.774,70</b>
Bens Móveis	12.200.532,28	10.413.377,10
Ajuste da Vida Útil Econômica	(7.261.325,37)	(6.557.602,40)
<b>Total do Ativo</b>	<b>31.364.069,39</b>	<b>6.784.312,85</b>
<b>Compensação</b>	<b>12.200.532,28</b>	<b>10.413.377,10</b>
<b>Bens/Mercadorias de Terceiros</b>	<b>12.200.532,28</b>	<b>10.413.377,10</b>
Bens Recebidos em Comodato	12.200.532,28	10.413.377,10

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

**1. Contexto Operacional:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal e estadual, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. **2. Imunidade Tributária:** A SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu § 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2.1. Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2. Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3. Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27.11.2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I. não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II. aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III. apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV. mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V. não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI. conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII. cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII. apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1. Razão Social da Unidade.** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da

	2012	2011
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante (Nota 4.11)</b>	<b>25.458.535,95</b>	<b>14.800.054,80</b>
Fornecedores	1.609.316,91	2.180.019,41
Serv. de Terceiros Pessoa Física e Jurídica	2.179.082,04	1.526.625,59
Salários a Pagar	3.060.665,78	2.856.030,95
Contribuições a Recolher	909.307,62	828.675,72
Provisão de Férias (Notas 4.6 e 4.9)	6.180.330,87	5.266.667,27
Provisão FGTS sobre Férias (Notas 4.6 e 4.9)	494.426,47	421.333,38
Prov. de desp. c/quitações (Notas 4.6 e 4.9)	7.082.737,36	-
Impostos a Recolher	787.201,41	734.028,60
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	183.842,88	171.158,10
Obrigações Tributárias	135.735,29	88.749,78
Acordo Trabalhista a Pagar	1.000,00	13.000,00
Outras Contas a Pagar	675.275,15	713.766,00
Convênios Públicos a realizar	2.150.000,00	-
Recebimento de materiais de terceiros	8.351,62	-
Outros Valores de Terceiros	1.262,55	-
<b>Não Circulante</b>	<b>5.905.533,44</b>	<b>5.024.428,25</b>
Prov. de Desp. Proc. Cíveis (Notas 4.9 e 4.10)	934.000,36	1.107.800,36
Prov. de Desp. Procs. Trab. (Notas 4.9 e 4.10)	32.326,17	60.853,19
Obrigs. - Bens Móveis de terceiros (Nota 5)	12.200.532,28	10.413.377,10
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 5)	(7.261.325,37)	(6.557.602,40)
<b>Patrimônio Líquido (Nota 7)</b>	<b>-</b>	<b>(13.040.170,20)</b>
Resultado de Exercícios Anteriores	-	(14.694.257,71)
(Déficit) Superávit do exercício	-	1.654.087,51
<b>Total do Passivo e do Patrim. Líquido</b>	<b>31.364.069,39</b>	<b>6.784.312,85</b>
<b>Compensação</b>	<b>12.200.532,28</b>	<b>10.413.377,10</b>
<b>Bens/Mercadorias de Terceiros</b>	<b>12.200.532,28</b>	<b>10.413.377,10</b>
Bens em Comodato	12.200.532,28	10.413.377,10

**Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** - Rua Saigiro Nakamura, 800 - Vila Industrial - São José dos Campos/SP - CEP 12220-280 - CNPJ nº 61.699.567/0012-45. **3.2. Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4. Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) **4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e Saldos em Bancos	97.438,05	129.995,44
Aplicação Financeira de Curto Prazo	3.479.874,66	750.747,63
<b>Caixa e Equival. de Caixa com restrição</b>	<b>3.577.312,71</b>	<b>880.743,07</b>
<b>4.2. Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. <b>4.3. Contas a Receber:</b> A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. <b>4.4. Estoques:</b> Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.012 é de R\$ 1.958.142,85. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).		

**4.5. Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. Conforme nota explicativa 4.12 a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 conforme estabelece o item 9 da resolução 1.409/12 e constituiu provisões para rescisões de contrato. **4.7. Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização. **4.9. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, os quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos fo-

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos em 31 de Dezembro (Em Reais)**

	2012	2011
<b>Receitas Operacionais com Restrições</b>	<b>110.434.088,98</b>	<b>116.712.716,77</b>
<b>Receitas Bruta com Prestações de Serviços com Restrições</b>	<b>110.434.088,98</b>	<b>116.712.716,77</b>
Prefeitura Municipal de São José dos Campos (Nota 6.1)	110.434.088,98	116.712.716,77
<b>Outras Receitas com Restrições</b>	<b>19.323.510,31</b>	<b>18.443.795,62</b>
Descontos Recebidos	-	64,32
Financeiras	368.476,80	166.374,68
Doações Recebidas (Nota 6.2)	20.086,53	85.652,38
Outras Receitas	1.616,68	885.742,04
Isenção Usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9 a)	15.051.635,29	13.836.912,14
Isenção Usufruída - INSS	-	-
Serviços Terceiros (Nota 9 b)	501.637,30	434.926,13
Isenção Usufruída - COFINS (Nota 9 c)	3.380.057,71	3.034.123,93
<b>Receita Líquida com Restrições</b>	<b>129.757.599,29</b>	<b>135.556.512,39</b>
<b>Despesas Operacionais c/Restrição (110.824.268,99) (116.196.462,68)</b>	<b>(110.824.268,99)</b>	<b>(116.196.462,68)</b>
Serviços - Pessoal Próprio	(64.726.285,83)	(74.799.127,13)
Serv. - Terc. Pessoa Física/Pessoa Juríd.	(27.087.661,73)	(24.234.367,77)
Mercadorias	(18.938.435,69)	(17.084.784,09)
Tributos	(14.716,23)	(16.374,29)
Financeiras	(57.169,51)	(60.951,20)
Despesas do Exercício Anterior	-	(858,20)
<b>Outras Despesas com Restrição</b>	<b>(18.933.330,30)</b>	<b>(17.305.962,20)</b>
Isenção Usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9 a)	(15.051.635,29)	(13.836.912,14)
Isenção Usufruída - INSS	-	-
Serviços Terceiros (Nota 9 b)	(501.637,30)	(434.926,13)
Isenção Usufruída - COFINS (Nota 9 c)	(3.380.057,71)	(3.034.123,93)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(129.757.599,29)</b>	<b>(133.502.424,88)</b>
<b>Superávit do Exercício com Restrição</b>	<b>1.654.087,51</b>	<b>-</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em Reais)**

Descrição	Superávit / (Déficit)		Total
	Nota explicativa	Acumulado do Exercício	
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		<b>(10.917.252,14)</b>	<b>(14.694.257,71)</b>
Incorp. ao Patrim. Social	-	-	-
Transf. p/Res. Acum.	(3.777.005,57)	3.777.005,57	-
Aj. de Exerc. Ant.	-	-	-
Aj. de Avaliação Patrim.	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exerc.	-	1.654.087,51	1.654.087,51
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(14.694.257,71)</b>	<b>1.654.087,51</b>	<b>(13.040.170,20)</b>
Incorp. ao Patrim. Social	-	-	-
Transf. p/Res. Acum.	1.654.087,51	(1.654.087,51)	-
Aj. de Exerc. Ant.	4.12	13.040.170,20	13.040.170,20
Aj. de Avaliação Patrim.	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exerc.	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>			

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Em Reais)**

	2012	2011
<b>Fluxos de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
(Déficit) Superávit do exercício	-	1.654.087,51
Ajustes por: Depreciação	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	13.040.170,20	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(Aumento) Redução em contas a receber	(20.441.006,78)	(13.726,94)
(Aumento) Redução em estoques	(350.396,29)	(370.642,63)
Aumento (Redução) em fornecedores	90.243,93	(1.334.712,04)
Aum. (Red.) em contas a pagar e provisões	10.357.558,58	861.036,88
Aumento (Redução) de bens de terceiros	1.083.432,21	(103.243,91)
<b>Caixa liq. prov. das ativ. operacionais</b>	<b>3.780.001,85</b>	<b>692.798,87</b>
<b>Fluxos de caixa nas ativ. de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(-) Compras de imobilização	-	-
(-) Adição de bens de terceiros	(1.083.432,21)	103.243,91
<b>Caixa liq. prov. das ativ. de investimentos (1.083.432,21)</b>	<b>(1.083.432,21)</b>	<b>103.243,91</b>
<b>Fluxos de caixa nas ativ. de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Empréstimos Tomados	-	1.302.587,09
(-) Pagamento de Empréstimos Tomados	-	(1.302.587,09)
<b>Caixa líquido prov. das atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aum. (Red.) liq. de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>2.696.569,64</b>	<b>796.042,78</b>
Caixa e equiv. de caixa no início do período	880.743,07	84.700,29
Caixa e equiv. de caixa no final do período	3.577.312,71	880.743,07

**continuação** uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2012 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo na rubrica de Contingências Cíveis. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "provável", o valor apurado foi de R\$ 1.666.623,00 (Hum milhão, Seiscentos e Sessenta e Seis Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2012, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "provável", o montante chegou a R\$ 2.578.917,64 (Dois Milhões, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Tipo	Valores em Reais	
	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis (Prováveis)	934.000,36	1.107.800,36
Trabalhistas (Prováveis)	32.326,17	60.853,19
<b>Total</b>	<b>966.326,53</b>	<b>1.168.653,55</b>

**4.11. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou

Descrição	Posição em		Posição em	
	31/12/2011	Aquisição	Baixa	31/12/2012
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>10.413.377,10</b>	<b>1.882.978,60</b>	<b>95.823,42</b>	<b>12.200.532,28</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>10.413.377,10</b>	<b>1.882.978,60</b>	<b>95.823,42</b>	<b>12.200.532,28</b>
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	6.155.624,89	1.245.894,30	76.162,63	7.325.356,56
Equip. Proteção/Segurança/Socor	47.473,30	34.183,81	-	81.657,11
Equip. Processamento de Dados	1.006.658,90	25.265,00	-	1.031.923,90
Mobiliário em Geral	1.641.449,94	330.285,01	18.709,92	1.953.025,03
Máquinas Utens e Equip. Diversos	522.752,63	204.593,91	950,87	726.395,67
Veículos de Tração Mecânica	536.575,43	-	-	536.575,43
Aparelho de Medição	276.562,17	-	-	276.562,17
Aparelhos de Equip. Comunicação	19.653,47	38.912,69	-	58.566,16
Aparelhos e Utensílios Domésticos	162.307,37	2.449,00	-	164.756,37
Máq. e Equip. de Natureza Industrial	26.307,24	1.394,88	-	27.702,12
Máq. e Utens. de Escritório	18.011,76	0,00	-	18.011,76
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>10.413.377,10</b>	<b>1.882.978,60</b>	<b>95.823,42</b>	<b>12.200.532,28</b>

Descrição	Posição em		Depreciação do Exercício	Posição em		Tx. anuais médias de depreciação %
	31/12/2011	Baixa		31/12/2012	31/12/2012	
<b>Ajuste vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(6.557.602,40)</b>	<b>49.571,28</b>	<b>(753.294,25)</b>	<b>(7.261.325,37)</b>		
<b>Bens Móveis</b>	<b>(6.557.602,40)</b>	<b>49.571,28</b>	<b>(753.294,25)</b>	<b>(7.261.325,37)</b>		
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	(3.542.737,19)	30.833,43	(495.869,98)	(4.007.773,74)		10
Equip. Proteção/Segurança/Socor	(39.014,30)	-	(1.538,17)	(40.552,47)		0-10
Equip. Processamento de Dados	(936.230,28)	-	(31.403,31)	(967.633,59)		0-20
Mobiliário em Geral	(937.897,49)	17.786,98	(126.710,35)	(1.046.820,86)		0-10
Máquinas Utens. e Equip. Diversos	(250.010,87)	950,87	(56.318,25)	(305.378,25)		0-10
Veículos de Tração Mecânica	(536.575,43)	-	-	(536.575,43)		-
Aparelho de Medição	(181.505,02)	-	(23.414,64)	(204.919,66)		0-10
Aparelhos de Equip. Comunicação	(4.612,41)	-	(3.195,97)	(7.808,38)		0-10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(98.779,66)	-	(12.168,72)	(110.948,38)		0-10
Máq. e Equip. de Natureza Industrial	(18.177,79)	-	(1.560,42)	(19.738,21)		0-10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(12.061,96)	-	(1.114,44)	(13.176,40)		0-10
<b>Total do Ajuste Acumulada</b>	<b>(6.557.602,40)</b>	<b>49.571,28</b>	<b>(753.294,25)</b>	<b>(7.261.325,37)</b>		

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1. Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através da Prefeitura Municipal de São José dos Campos representaram em 2012, 100% do total das receitas operacionais. **6.2. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2012 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 20.086,53 (Vinte Mil, Oitenta e Seis Reais e Cinqüenta e Três Centavos), enquanto que em 2011 foi de R\$ 85.652,38 (Oitenta e Cinco Mil, Seiscentos e Cinqüenta e Dois Reais e Trinta e Oito Centavos). **6.3. Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e Outros Tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabiliza-

a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12. Mudança de Política Contábil:** A SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, visando ao atendimento a Resolução 1.305/10 que aprovou a NBC TG 07 referente a Subvenção Governamental e Outras Assistências Governamentais, através de sua administração efetuou a mudança de política contábil prospectiva. Esta mudança refere-se ao reconhecimento de suas receitas ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Esta mudança tem previsão na Resolução 1.179/09 (NBC TG 23) - Política Contábil, Mudanças de Estimativas e Retificações de erro, onde tem como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações contábeis de outras entidades. **4.13. Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, restando-se o estabelecido na NBC TG 07 no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5. Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso.

ção de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 e Resolução CFC nº 1.409/12 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2012, a Associação recebeu a Assistência Governamental descrita conforme abaixo:

Concedente	Referência	Valor
Prefeitura Mun. de São José dos Campos	24900-11	R\$ 112.325.230,42
<b>7. Patrimônio Líquido:</b> Conforme apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, descrito nas notas explicativas 4.12, 4.13, 7.3, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. Tais ajustes que equilibraram o patrimônio para que o mesmo apresentasse resultado zero na rubrica de resultados de exercícios anteriores foram da ordem de R\$ 13.040.170,20. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item 11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero. <b>8. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:</b> Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obri-		

gação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). Atualmente, a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, vem cumprindo o percentual estabelecido apesar de que as demais filiais atendem também em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, porém não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios como é o caso desta unidade. De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Conforme artigo acima a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence tem sob sua gestão diversas Entidades, apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatório *	97.970
Número de Consultas P.S	192.816
SADT **	210.953
Número de Internações	19.988
Pacientes-dia	101.334

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de resultado (receitas e despesas) totalizando: a) A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados usufruída pela condição de filantrópica no exercício de 2012, a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 15.051.635,29. Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica totalizou R\$ 13.836.912,14. b) A mesma isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, agora sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros, a qual se encontra registrada em conta específica, no exercício de 2012 atingiu um montante de R\$ 501.637,30. Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica totalizou R\$ 434.926,13. c) Com relação à isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) motivada pela isenção usufruída devido à filantropia, conforme classificação em conta específica o montante no exercício foi de R\$ 3.380.057,71. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2.011, esse montante foi de R\$ 3.034.123,93. **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldo de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: § Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **13. Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O custo desse serviço em 2012 rateado entre as filiais da SPDM, corresponde para esta unidade em R\$ 15.468,18.

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da S.P.D.M. Dr. Carlos Alberto Maganha - Superintendente José Roberto da Mota - Contador - CRC-ISP 252.369/O-7

Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2012 - Produção Assistencial					
Linhas de Contratação	Contratado 2012	Realizado 2012	Linhas de Contratação	Contratado 2012	Realizado 2012
Saídas Hospitalares	25.992	29.312	Urgência	231.024	260.251
Cirurgias	8.240	9.163	Ambulatório	59.856	70.929
SADT	552.512	871.552	<b>Total</b>	<b>877.624</b>	<b>1.241.207</b>

**Ata da 15ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** Data, Horário e Local: Ao 22º dia do mês de abril de dois mil e treze, às 09h00min, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profª Dra. Ana Luísa Höfling-Lima, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Prof. Dr. Artur Beltrame regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Profª Drª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Dr. Flávio Bitelman e Dr. Hercílio Ramos. **Convidados: Superintendentes:** Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente deu início à reunião, agradecendo a presença de todos, fez a leitura da ata da reunião anterior 08/04/2013 tendo sido aprovada por unanimidade, após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, lembrando que os assuntos já foram aprovados *ad referendum* pelo Conselho Ad-

ministrativo da SPDM. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2012 das Instituições Afiliadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odelfo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Maternidade Municipal do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVM), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), O centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Thátiane Paixão Alves - Secretária, Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.

tro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), O centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Thátiane Paixão Alves - Secretária, Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.

**Parecer da Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.12 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Muni-

cipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odelfo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Maternidade Municipal do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVM), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME

Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, esta Assembléia opinou favoravelmente à aprovação dos referidos documentos. SP, 25.04.13. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.

**Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. Presidente - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores

**Relatório dos Auditores Independentes:** A Diretoria - 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável

Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras do Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de vel de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação

Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. SP, 23.04.13. Prof. Dr. Antonio Moron, Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Prof. Dr. Henrique Lederman.

**Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados anteriormente de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 30 de março de 2012, que não conteve modificação. Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. SP, 01.04.13. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Carmo Antônio Marino - Contador - CT-CRC.: 1SP 053.925/O-4. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.**

**SV Holding Industrial S.A.**

CNPJ/MF nº 12.112.243/0001-09

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 30 de abril de 2013. Diretoria.

**Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixas e equivalentes de caixa	4	668	21	7.637	5.719	Fornecedores	10	12	133	3.103	2.687
Aplicações financeiras	-	-	-	8.926	5.481	Empréstimos	13	-	-	4.010	3.972
Clientes	5	-	-	6.629	7.338	Salários e obrigações sociais	-	120	148	1.713	2.446
Estoques	6	-	-	12.166	10.552	Obrigações tributárias	-	74	17	1.719	1.571
Dividendos a receber	-	3.208	-	-	-	Partes relacionadas	11	-	-	3.399	5.249
Tributos a recuperar	-	5	1	462	529	Dividendos e juros sobre capital próprio	14 (b) / 11	2.167	-	3.209	132
Outros ativos	4	-	355	800	2.914	Outros passivos	-	2	151	741	1.167
		<b>3.885</b>	<b>377</b>	<b>36.620</b>	<b>32.533</b>			<b>2.375</b>	<b>449</b>	<b>17.894</b>	<b>17.224</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	4	-	-	59	940	Partes relacionadas	11	-	-	314	2.879
Depósitos judiciais	12	-	-	24.566	23.816	Provisão para demandas judiciais e administrativas	12	-	-	22.945	22.432
Tributos a recuperar	-	-	-	994	747	Empréstimos	13	-	-	12.216	15.956
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	5.538	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	839	-
Outros ativos		47	50	47	50	Outros passivos	-	29	32	29	65
Investimentos	7	71.109	72.961	-	-			<b>29</b>	<b>32</b>	<b>36.343</b>	<b>41.332</b>
Imobilizado	8	68	81	84.162	87.923	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>				
Intangível		6	5	300	323	Capital social		51.061	51.061	51.061	51.061
		<b>71.230</b>	<b>73.097</b>	<b>110.128</b>	<b>119.337</b>	Reserva de capital		11.400	11.400	11.400	11.400
						Reserva legal		1.080	575	1.080	575
						Reserva estatutária		7.244	8.031	7.244	8.031
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.926	1.926	1.926	1.926
								<b>72.711</b>	<b>72.993</b>	<b>72.711</b>	<b>72.993</b>
						Participação dos sócios não controladores		-	-	19.800	20.321
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>72.711</b>	<b>72.993</b>	<b>92.511</b>	<b>93.314</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>75.115</b>	<b>73.474</b>	<b>146.748</b>	<b>151.870</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>75.115</b>	<b>73.474</b>	<b>146.748</b>	<b>151.870</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de reais - R\$)**

Fluxo de caixa das ativ. operac. e da contribuição social	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.097	11.508	23.049	21.425
Resultado da equiv. patrimonial		(14.090)	(13.658)	-	-
Depreciação e amortização		19	4	6.269	6.155
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	-	33	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas		-	-	-	513
Provisão para liquidação duvidosa		-	-	(289)	-
Provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques		-	-	-	2
Outras provisões		-	-	-	(91)
Juros e variação cambial sobre empréstimos		-	-	-	268
Participação dos sócios controladores		-	-	(3.556)	(772)
		(3.974)	(2.146)	26.198	27.680
(Aumento) redução no ativo:					
Aplicações financeiras		-	-	(2.564)	(5.481)
Duplicatas a receber		-	-	998	(2.148)
Estoques		-	-	(1.311)	(1.246)
Dividendos		-	862	-	-
Impostos a recuperar		(4)	(1)	(180)	960
Outros ativos		354	(405)	2.117	(742)
Depósitos judiciais		-	-	(750)	(1.304)
		350	456	(1.690)	(9.961)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores		(121)	133	416	1.704
Salários e encargos sociais		(28)	148	(733)	763
Obrigações tributárias		57	17	148	(21)
Outros passivos		(152)	183	(462)	778
Partes relacionadas		-	-	(4.415)	(4.851)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.020)	(3.034)
		244	481	(8.066)	(4.661)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.868)	(1.209)	16.442	13.058
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Em imobilizado e intangível		(7)	(90)	(3.294)	(1.202)
Divid. e juros s/cap.próprio receb.		12.738	-	-	-
Redução (aumento) de particip. em coligadas/controladas		(4)	17.484	-	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		12.727	17.394	(3.294)	(1.202)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Divid. e juros s/capital próprio		(8.212)	(16.165)	(7.302)	(16.165)
Redução de caixa proveniente de resgate de ações		-	-	-	(43.461)
Aumento (redução) de empréstimos		-	-	(3.928)	(3.662)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		(10.379)	(16.165)	(11.230)	(63.288)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		647	20	1.918	(51.432)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		21	1	5.719	57.151
No final do exercício		668	21	7.637	5.719
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		647	20	1.918	(51.432)

**Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de reais - R\$)**

Receita operacional líquida	Notas	Controladora		Consolidado		Despesas financeiras	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	15	14.979	13.780	89.044	92.709	Despesas financeiras		(2)	(3)	(3.440)	(4.381)
Custo das vendas		(305)	-	(56.680)	(53.558)	Resultado financeiro líquido	17	8	2	(927)	(2.354)
Resultado bruto		14.674	13.780	32.364	39.151	Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.097	11.508	23.049	21.425
Receitas (despesas) operacionais						Imposto de renda e contrib. social		9	-	(3.020)	(3.034)
Com vendas		-	-	(2.490)	(2.654)	Corrente	9	-	-	(6.376)	(6.111)
Despesas gerais e administrativas	16	(4.550)	(1.777)	(10.551)	(8.378)	Diferidos	9	-	-	(6.376)	(6.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(35)	(497)	4.653	(4.340)	Lucro líquido do exercício antes da participação dos não controladores		10.097	11.508	13.653	12.280
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.089	11.506	23.976	23.779	Partic. dos sócios não controladores		-	-	(3.556)	(772)
Receitas financeiras		10	5	2.513	2.027	Lucro líquido do exercício		10.097	11.508	10.097	11.508

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de reais - R\$)**

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Notas	Reserva de Capital		Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participantes não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		social	capital							
Saldos em 31 de dezembro de 2010		50.000	109.452	-	9.948	14.346	-	183.746	21.093	204.839
Aumento de capital por cisão parcial da SV Holding Ltda. em 01/11/11	14.a	1.061	-	-	-	-	-	1.061	-	1.061
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.508	11.508	(772)	10.736
Distribuição de dividendos	14.d	-	-	-	(9.948)	-	-	(9.948)	-	(9.948)
Dividendos antecipados - lucros do exercício em formação conforme ata em 03/10/2011	14.b	-	-	-	-	(2.902)	(2.902)	(2.902)	-	(2.902)
Baixa de reserva de capital - AGE 10/01/2011	14.e	-	(98.052)	-	-	(12.420)	(110.472)	(110.472)	-	(110.472)
Destinação do lucro do exercício para reservas	14.d	-	-	-	8.031	(8.031)	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	-	575	-	(575)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		51.061	11.400	575	8.031	1.926	-	72.993	20.321	93.314
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.097	10.097	3.556	13.653
Distribuição de dividendos	14.d	-	-	-	(8.031)	-	-	(8.031)	-	(8.031)
Dividendos antecipados - lucros do exercício em formação conforme ata em 31/07/2012 e 06/12/2012	14.b	-	-	-	-	(2.348)	(2.348)	(2.348)	-	(2.348)
Destinação do lucro do exercício para reservas	14.d	-	-	-	7.244	(7.244)	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
Reserva legal	14.c	-	-	505	-	(505)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		51.061	11.400	1.080	7.244	1.926	-	72.711	19.800	92.511

**Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de reais - R\$)**

Lucro líquido do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício		10.097	11.508	10.097	11.508
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-
Total do result. abrangente do exerc.		10.097	11.508	10.097	11.508

**Diretoria**

Odenir Antonio Valerio Edson Luiz Stadler

**Contador**

Ronaldo Pires da Silva - CRC 1SP164536/O-7

As notas explicativas referentes às demonstrações financeiras encontram-se à disposição na sede da sociedade

**Mundo Novo Geração SPE S.A.**

(Empresa em fase pré operacional) - CNPJ Nº 11.448.494/0001-98

**Relatório da Administração**

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. A Administração. São Paulo, 29 de abril de 2013.

**Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Expresso em Reais mil)**

Ativo
-------